



# O IMPACTO DOS LEIS DE VACATUR NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DO SEXO



SEX WORKERS &amp; ALLIES NETWORK

YALE GLOBAL HEALTH JUSTICE PARTNERSHIP

## RESUMO

- Vacatur refere-se à capacidade dos tribunais de anular ou eliminar um registo das condenações anteriores de uma pessoa.
- Em Connecticut, uma lei de vacatur introduzida em 2013 permitiu que solicitantes peticionassem ao Tribunal Superior por vacatur se estivessem sido condenados por prostituição e se a “participação deles fosse o resultado de terem sido vítimas do tráfico” [1] Em 2021, a lei foi mudada para permitir que as vítimas de tráfico que não tenham uma condenação de prostituição solicitar por vacatur. [2]
- **A expansão da vacatur pode ser um passo importante para combater alguns danos de criminalização nas vidas dos trabalhadores/trabalhadoras do sexo**, através de dar um alívio necessário aos trabalhadores/trabalhadoras do sexo que foram traficados e abrir uma conversa sobre os danos das condenações criminais.
- Embora a vacatur seja um instrumento que pode melhorar as vidas das vítimas de tráfico e os trabalhadores/trabalhadoras do sexo, **para limitar o alcance da lei criminal apenas de caso a caso e especificamente pelas vítimas de tráfico é insuficiente para abordar os danos causadas pela criminalização do sector de sexo.**
- Ultimamente, **apenas a descriminalização total do trabalho de sexo pode prevenir as consequências prejudiciais da criminalização e promover a ação para os trabalhadores do sexo e as vítimas de tráfico também.**[3]

## O TRABALHO DO SEXO E O TRÁFICO DO SEXO

### O TRAFICO DE PESSOAS

Definido na lei do Estado de Connecticut como a compulsão ou a indução através de “força, fraude, ou coerção” em um ou mais atos de sexo, ou de trabalho em qualquer outro sector. Todos os indivíduos menores de 18 anos de idade que trocam sexo pelo dinheiro ou qualquer coisa de valor são considerados vítimas do tráfico. [4].

### O TRABALHO SEXUAL

A troca dos serviços sexuais por dinheiro ou benefícios, incluindo, comida, alojamento, drogas, e outras formas informais de cuidados de saúde, ou outras necessidades básicas. [5].

- Embora algumas pessoas que vendem sexo sejam vítimas do tráfico de sexo, a maioria dos trabalhadores/trabalhadoras do sexo não é traficada [6][7]. O trabalho do sexo e o tráfico no comércio do sexo são perigosamente equiparados, ignorando as várias vivências de pessoas que trocam sexo ao longo do espectro de escolha, circunstância e coerção. Para confundir o trabalho do sexo e o tráfico do sexo também invisibilizam o tráfico de trabalho.
- **O crime do tráfico ao nível federal e o do estado incluem formalmente indivíduos traficados nos sectores do sexo e trabalho; no entanto, as respostas populares e do governo ao tráfico concentram-se no tráfico do comércio sexual.**[8][9] Por exemplo, embora a lei da vacatur de Connecticut seja baseada na definição de tráfico pela lei do Estado de Connecticut, que inclui o tráfico nos sectores quer do sexo quer do trabalho, até 2021, a lei exigiu que os solicitantes tivessem uma condenação por prostituição para ser elegíveis pela vacatur. [1] [2]

## AS ALTERAÇÕES DA H.B. 6657 AS LEIS DE VACATUR DE CT

- Uma lei de vacatur foi introduzida em 2013 para permitir que os petionários aplicassem para ter uma condenação de prostituição anulado se a condenação resultou através de ter sido traficada. Uma mudança no estatuto que foi introduzido em 2016 expandiu o alcance das condenações que podem ser anuladas, porém ainda exige os petionários tenham uma condenação para aplicar. [1].
- A limitação no base da vacatur pelas condenações de prostituição apresenta-se com um grande obstáculo contra a utilidade da lei de vacatur. Desde a lei foi feita **apenas um aplicador** já invocou a lei de vacatur de Connecticut para **buscar anular uma condenação de prostituição ligada com o trafico**.
- **A HB 6657, “Um Ato Relativo ao Trafico de Pessoas”** foi introduzido pelo Sessão da Assembleia Geral de Connecticut em 2021 **e foi assinado pelo Governador em junho 2021**. A HB 6657 expandiu a lei de vacatur anterior de Connecticut para permitir que indivíduos pedirem de vacatur mesmo que não tenham uma condenação por prostituição. [2]
- Com a nova lei, solicitantes podem peticionar para uma vacatur de condenações para todas as contravenções e dos crimes graves da classe C, D, & E. Os crimes graves da classe A & B, incluídos na proposta original da lei, foram tirados de elegibilidade para vacatur pelo vote do Câmara.

## OS BENEFÍCIOS DO VACATUR PELOS TRABALHADORES DO SEXO

- As condenações criminais encaradas por muitos no comércio do sexo por causa da criminalização do comercio de sexo, os fazem dificuldades em procurar alojamento, aceder serviços sociais ou benefícios públicos, ou procurar emprego. Na maioria dos estados, as condenações podem impedir pessoas a votar, servir em júris criminais, ocupar cargos públicos, qualificar para assistência financeira ou admissão em faculdades, ou adquirir licencias profissionais. Essas consequências têm impactos profundos e podem afeitar os meios de vida das pessoas e amplificar desigualdades de raça e de gênero. [10].
- **A expansão das leis de vacatur pode ser um passo importante para combater alguns dos males de criminalização nas vidas dos trabalhadores/trabalhadoras do sexo.** A vacatur pode servir a este objetivo em duas maneiras:

### **Algumas pessoas no trabalho sexual possam se beneficiar diretamente da aprovação da H.B 6657.**

Alguns trabalhadores de sexo possam estar nas situações do trafico no algum período nas vidas deles, mas não em outras. Os trabalhadores/ trabalhadoras do sexo que vivenciaram o trafico do comercio de sexo são capazes de beneficiar das expansões da vacatur através da possibilidade de anular as acusações acumuladas por causa de terem sido traficados.

### **A justificação para vacatur reconhece os males causados pelos registos criminais**

A vigilância da polícia, as prisões, a encarceramento, e os registos criminais prejudicam as vítimas de trafico sexual quanto os trabalhadores do sexo. A campanha para vacatur chamou atenção ao impacto dos danos dos registos criminais nas vidas das vítimas de trafico sexual; esse pode ser um ponto de partida para expandir a conversa no futuro para considerar os danos da criminalização pelos trabalhadores/trabalhadoras do sexo que também não foram traficados.

## OS LIMITES DA VACATUR PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DO SEXO

- O tráfico sexual trata-se aos atos feitos pela forca, fraude, e coerção: **indivíduos que são marginalizados, vulneráveis, ou explorados, mas que não enquadram na definição legal de trafico sexual, não podem anular os seus condenações criminais através desta lei.** [11]
- A vacatur exige que os juizes e os promotores reconheçam um individuo com traficado e percebem a natureza e o alcance da compulsão encarado pela pessoa traficada. Este processo abre a potencial para uma aplicação desigual, principalmente porque as experiências demonstram que **as minorias raciais e**

## **indivíduos transgêneros são mais capazes de ser visto como criminosos que como de vítimas de tráfico sexual pelo sistema jurídico penal. [9][12]**

- Mesmo que alguns trabalhadores/trabalhadoras de sexo possam se beneficiar do alívio da vacatur, **a lei não foi desenhada para levantar o fardo das penas criminais pelos trabalhadores/trabalhadoras do sexo que não foram traficados.** A vacatur corre o risco de apoiar implicitamente narrativas que legitimam a criminalização de trabalhadores do sexo não traficados através de oferecer alívio para as condenações criminais só para vítimas de tráfico sexual.
- O tráfico sexual em si é um crime de classe A em Connecticut e, portanto, não pode ser anulado sob esta proposta atual. Trabalhadores/trabalhadoras do sexo com condenações de tráfico por causa de terem sido envolvidos no recrutamento de outras pessoas enquanto eram traficadas não teriam recourse para condenação.

## **OS DANOS DE CRIMINALIZAÇÃO CONTINUADO**

- **Mesmo sob H.B. 6657, as vítimas de tráfico em qualquer sector e os trabalhadores/trabalhadoras do sexo ainda correm o risco de serem presos, processados e condenados no futuro.** O alívio retrospectivo proporcionado pela vacatur não desfaz os males físicos, mentais e materiais já causados por ser ou ter sido preso ou condenado para pessoas em qualquer sector, e não impede a vigilância, estigmatização, super-policiamento e criminalização que torna a vida nos comércios sexuais menos seguros para todos e minam a capacidade dos trabalhadores do sexo de organizar e combater a exploração. Na verdade, precisa um maior envolvimento com o sistema jurídico penal.
- Além das disposições de vacatur, outros elementos do HB 6657 aumentam o escopo da criminalização de clientes, a estender a definição do crime de “apadrinhar uma prostituta” do pagamento de uma taxa até o intercâmbio de qualquer coisa de valor em troca de conduta sexual. [15] O acoplamento dessas reformas é preocupante: há pesquisas que mostram que o modelo “Pare a demanda” ou “Igualdade”, que criminaliza compradores em vez de vendedores de sexo, não elimina os efeitos estigmatizantes e traumatizantes da intervenção criminal-legal nas vidas dos trabalhadores/trabalhadoras de sexo. A criminalização atual do comércio do sexo ainda força os trabalhadores/trabalhadoras do sexo nas condições de trabalho inseguras e impede o acesso a serviços essenciais. [16] Os defensores do combate ao tráfico sexual devem procurar reduzir a criminalização do comércio sexual, não o expandir, porque os direitos de trabalho, o acesso aos serviços sociais e a organização de trabalhadores/ trabalhadoras do sexo demonstraram proteger melhor contra coerção, exploração e outros crimes em o comércio do sexo.
- A criminalização do trabalho sexual coloca os trabalhadores/trabalhadoras do sexo indocumentados em contato com o sistema legal criminal, assim como o processo de vacatur, portanto quaisquer danos relacionados à imigração desse contato persistem.
- Ultimamente, apenas a descriminalização total do trabalho sexual pode prevenir a criminalização e promover a ação para os trabalhadores/trabalhadoras do sexo e vítimas de tráfico. [3] Os defensores interessados em continuar a melhorar a vida dos indivíduos que vendem sexo podem trabalhar produtivamente para atingir esse objetivo. [17]

1. C.G.S § 54-95C. [https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap\\_961.htm#sec\\_54-95c](https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap_961.htm#sec_54-95c).

2. Proposed Bill No. 6657, "An Act Concerning Human Trafficking," Introduced by Judiciary Committee. [https://www.cga.ct.gov/asp/cgabillstatus/cgabillstatus.asp?selBillType=Bill&bill\\_num=HB06657&which\\_year=2021](https://www.cga.ct.gov/asp/cgabillstatus/cgabillstatus.asp?selBillType=Bill&bill_num=HB06657&which_year=2021).

3. Global Health Justice Partnership and Sex Workers and Allies Network. (April, 2020). The Law and Sex Work: Four Legal Approaches to the Sex Sector. [https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/the\\_law\\_and\\_sex\\_work.pdf](https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/the_law_and_sex_work.pdf).

4. O tráfico de pessoas é um crime de classe A em Connecticut. CGS § 53a-192a. [https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap\\_952.htm#sec\\_53a-192a](https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap_952.htm#sec_53a-192a). A lei define “conduta sexual” como contato com as partes íntimas de outra pessoa. [https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap\\_952.htm#sec\\_53a-65](https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap_952.htm#sec_53a-65).

5. Global Health and Justice Partnership. Sex Work and Trafficking: How They Are Different and Why it Matters. (June, 2020) [https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/issue\\_brief\\_sex\\_work\\_vs\\_trafficking\\_v2.pdf](https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/issue_brief_sex_work_vs_trafficking_v2.pdf).

6. Chuang, J. (2010) Rescuing Human Trafficking from Ideological Capture: Prostitution Reform and Anti-Trafficking Law and Policy, *Univ. of Pennsylvania Law Rev.*, 158, 1655-1728.

7. Soderlund, G. (2005) Running From Rescuers: New U.S. Crusades Against Sex Trafficking and the Rhetoric of Abolition. *National Women's Studies Assoc. Journal*, 17(3), 64-87

8. Peters, A. (2013) "Things that Involve Sex are Just Different": U.S. Anti-Trafficking Law and Policy On the Books, in Their Minds, and in Action. *Anthropological Qly*, 86(1), 221-255.

9. Haynes, D. F. (2006-2007). (Not) Found Chained to a Bed in a Brothel: Conceptual, Legal, and Procedural Failures to Fulfill the Promise of the Trafficking Victims Protection Act. *Georgetown Immigration Law Review*, 21(3), 337-382.

10. Purtle, J., Gebrekristos, L. T., Keene, D., Shclesinger, P., Niccolai, L. & Blankenship, K. M. (2020). Quantifying the Restrictiveness of Local Housing Authority Policies Toward People with Criminal Justice Histories: United States, 2009-2018. *American Journal of Public Health*, 110(S1), S137-S144.

11. Chuang, J. (2014). Exploitation Creep and the Unmaking of Human Trafficking Law. *The American Journal of International Law*, 108(4), 609-649.
12. For example: *He was sexually abusing underage girls. Then, police said, one of them killed him.* (n.d.). Washington Post. Retrieved June 4, 2021, from <https://www.washingtonpost.com/graphics/2019/local/child-sex-trafficking-murder/>.
13. Berger, S. M. No End in Sight: Why the "End Demand" Movement Is the Wrong Focus for Efforts to Eliminate Human Trafficking. *Harvard J. of Law & Gender*, 35, 565-570 (2012).
14. C.G.S 53a-192a. [https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap\\_952.htm#sec\\_53a-192a](https://www.cga.ct.gov/current/pub/chap_952.htm#sec_53a-192a).
15. File No. 694, Proposed Bill H.B. 6657, "An Act Concerning Human Trafficking," at 9, <https://www.cga.ct.gov/2021/FC/PDF/2021HB-06657-R000694-FC.PDF>. ("O projeto amplia a definição do crime [de] 'apadrinhar uma prostituta'....tornando-se crime praticar a seguinte conduta em troca de algo de valor, em vez de apenas uma taxa, como na lei atual:...2. para apadrinhar uma prostituta: pagar a outra pessoa com base no entendimento de que, em troca, a outra pessoa ou um terceiro se envolverá em conduta sexual com ela.")
16. Global Health Justice Partnership and Sex Workers and Allies Network (2020). The Consequences of Sex Work Criminalization on Health and Rights. [https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/consequences\\_of\\_criminalization\\_v2.pdf](https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/consequences_of_criminalization_v2.pdf).
17. Global Health Justice Partnership and Sex Workers and Allies Network. (2020). Mistreatment and Missed Opportunities.: How Street-Based Sex Workers are Overpoliced and Underserved in New Haven, CT. [https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/mistreatment\\_and\\_missed\\_opportunities\\_ghjp\\_and\\_swan\\_report\\_july\\_2020.pdf](https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/ghjp/documents/mistreatment_and_missed_opportunities_ghjp_and_swan_report_july_2020.pdf).